

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.
DESENBAHIA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006 E
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A. - DESENBAHIA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006**

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações de recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Avenida Tancredo Neves, 1.632
Salas 415, 416 e 417 - Torre Sul
Salvador - BA - Brasil
41802-000

Tel.: +55 (71) 3113-1999
Fax.: + 55 (71) 3341-6939
www.bdotrevisan.com.br

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., cujo controle acionário pertence ao Estado da Bahia, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

A rentabilidade de suas operações é proveniente, em sua maior parte, da aplicação de taxas de remuneração adequadas, sobre repasses de recursos obtidos principalmente junto a instituições do Governo Federal, quer se destinem ao setor público ou privado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e nº 10.303/01, com observância das instruções do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis.
- b. A classificação em circulante a longo prazo, do realizável e do exigível, obedece aos Artigos nº 179 e nº 180 da Lei nº 6.404/76.
- c. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.
- d. As “Operações de Crédito” encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, considerando que, se vencidas há mais de 60 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.
- e. A “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução nº 2.682/99.

- f. O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

Imóveis de uso - edificações	4%
Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
Demais itens	10%

- g. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos, e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.
- h. As provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.
- i. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% e, quando aplicável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%, tendo por base de cálculo o lucro real, na forma dos dispositivos legais vigentes.
- j. As aplicações CREDSEC - PROES foram reclassificadas para a rubrica de "Títulos de Renda Fixa - Outros" para efeito de apresentação das demonstrações contábeis.

4. OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO (RESOLUÇÃO CMN Nº 2682/99)

a. Composição por atividade econômica:

	Prazo de vencimento (em dias)					
	2007			2006		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor privado:						
Comércio	724	447	1.171	950	997	1.947
Indústria	5.720	28.135	33.855	6.060	17.488	23.548
Serviços	12.610	24.759	37.369	12.946	26.330	39.276
Financiamentos rurais	26.580	154.918	181.498	45.114	155.162	200.276
Financiamentos agro-industriais	231	4.980	5.211	564	4.965	5.529
Empréstimo - Indústria	1.449	539	1.988	5.029	1.116	6.145
Empréstimo-Rurais Pessoas Físicas-PMC	1.730	3	1.733	-	-	-
Empréstimo - Outros Serviços	908	513	1.421	555	85	640
	<u>49.952</u>	<u>214.294</u>	<u>264.246</u>	<u>71.218</u>	<u>206.143</u>	<u>277.361</u>
Setor público:						
Financiamentos governo municipal	5.891	47.009	52.900	4.447	49.759	54.206
Total	<u>55.843</u>	<u>261.303</u>	<u>317.146</u>	<u>75.665</u>	<u>255.902</u>	<u>331.567</u>

b. Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Operações Vincendas	Operações Vencidas (em dias)					Total	Participação %
		0 a 15	16 a 30	31 a 60	61 a 90	Acima de 90 dias		
AA	150.122	589	50	624	211	8.642	160.238	51
A	60.187	153	108	-	-	-	60.448	19
B	18.642	443	-	750	-	-	19.835	6
C	9.132	1.814	-	474	400	2.065	13.885	4
D	10.750	2.886	48	20	34	2.001	15.739	5
E	2.147	456	-	43	-	2.370	5.016	2
F	12.294	-	483	63	106	1.863	14.809	5
G	39	-	-	-	30	440	509	-
H	1.522	185	22	143	101	24.694	26.667	8
Total	<u>264.835</u>	<u>6.526</u>	<u>711</u>	<u>2.117</u>	<u>882</u>	<u>42.075</u>	<u>317.146</u>	<u>100</u>

c. Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por níveis de risco

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
Carteira própria			
AA	-	144.970	-
A	0,50%	53.027	265
B	1,00%	19.521	195
C	3,00%	12.719	382
D	10,0%	14.500	1.450
E	30,00%	2.688	806
F	50,00%	31	16
G	70,00%	1	-
H	100,00%	3.646	3.646
		<u>251.103</u>	<u>6.760</u>
Carteira adquirida do BANE/B/FNE e BANE/B/FINAME			
AA	-	15.268	-
A	0,50%	7.421	37
B	1,00%	315	3
C	3,00%	1.166	35
D	10,0%	1.239	124
E	30,00%	2.328	699
F	50,00%	14.778	7.389
G	70,00%	508	356
H	100,00%	23.020	23.020
		<u>66.043</u>	<u>31.663</u>
		<u>317.146</u>	<u>38.423</u>
Outros créditos			
A	0,50%	51	-
		<u>317.197</u>	<u>38.423</u>

d. Provisão para Créditos

A provisão constituída na forma indicada na nota 4 “c” apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
Saldo inicial	59.900	55.631
Acréscimos no período	<u>-</u>	<u>1.702</u>
	<u>59.900</u>	<u>57.333</u>
Provisão para outros créditos - saldo inicial		
Saldo inicial		
Acréscimos no período	<u>7</u>	<u>6</u>
	<u>7</u>	<u>6</u>
Provisões Baixadas	(17.478)	-
Reversão de Provisões	<u>(4.006)</u>	<u>(3.012)</u>
	<u>(21.484)</u>	<u>(3.012)</u>
Provisão para créditos - saldo final	<u>38.423</u>	<u>54.327</u>
Créditos lançados em prejuízo e recuperados	<u>12.937</u>	<u>1.930</u>

Operações de crédito renegociadas com amparo da Resolução Bacen nº 2.471/98.

A Desenhahia possui operações de crédito no valor de R\$115.718 mil (R\$59.478 mil em 2006) renegociadas, amparadas no Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA, previsto na Resolução Bacen nº 2.471/98, que passaram a ter vencimento final no prazo de 20 anos, sendo atualizadas pelo IGPM.

Tais operações têm a sua liquidação garantida, ao final do prazo mencionado anteriormente, em caráter irrevogável por Certificados do Tesouro Nacional - CTN, adquiridos pelos devedores junto ao Tesouro Nacional, também atualizados pelo IGPM e com prazos idênticos aos das dívidas renegociadas.

A DESENBAHIA adotou o procedimento contábil de classificar as operações de Crédito Rural, efetuadas com base na Lei 9.138/95 e na Resolução 2.471/98 – PESA (Programa Especial de Saneamento de Ativos) como risco AA, utilizando como base a Resolução 2.472/98 que estabelece que o valor do principal da dívida deve ser classificada como operação de risco nulo por ser operação com garantia da União. As instituições financeiras foram compelidas a fazer estes alongamentos por força de Lei, sendo ainda obrigadas (art.3º, IV, b da Res. 2.471/98) a liberar 50% das garantias existentes, normalmente hipotecas de fazendas, pois entendeu o legislador que metade das

garantias (reais) seria suficiente para garantir os encargos previstos, já que o principal estaria garantido pelo título da União.

5. DESDOBRAMENTOS DE ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Títulos e Valores Mobiliários

	2007			2006		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
Quotas de Fundos Mútuos	173.597	-	173.597	97.261	-	97.261
Títulos Públicos Estaduais - LFTB	-	84.221	84.221	-	129.527	129.527
Provisão para Desvalorização de Títulos	-	(118)	(118)	-	(267)	(267)
Títulos CDB renda fixa	91.307	-	91.307	78.616	-	78.616
Títulos FMIEE rendas variável	-	1.021	1.021	1.000	-	1.000
Títulos de CREDSEC	-	-	-	2.648	-	2.648
	<u>264.904</u>	<u>85.124</u>	<u>350.028</u>	<u>179.525</u>	<u>129.260</u>	<u>308.785</u>

Os títulos CREDSEC (ESTA 980.601) venceram em 1º de julho de 2006 e foram atualizados pela TJLP a juros de 5% ao ano. Os juros foram pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho.

A amortização do título principal foi efetivada de acordo com o cronograma abaixo, considerando o saldo inicial em 1999.

2001	16%
2002	10%
2003	8%
2004	8%
2005	6%
2006	2%

b. Outros créditos - Diversos

	2007			2006		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	572		572	526		526
Adiantamentos para pagamentos	103		103	30		30
Devedores por depósitos em garantia	1.407	2.176	3.583	254	2.222	2.476
Impostos a Compensar	1.289		1.289	-		-
Pagamentos a ressarcir	543		543	700		700
Devedores para compra de valores e bens	16	35	51	5	13	18
Rendas a receber	1.041		1.041	1.185		1.185
Devedores diversos - país	2.446		2.446	606		606
	<u>7.417</u>	<u>2.211</u>	<u>9.628</u>	<u>3.306</u>	<u>2.235</u>	<u>5.541</u>

c. Outros Valores e Bens

	2007			2006		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
Investimentos temporários	-	2.251	2.251	-	2.251	2.251
Bens não de uso próprio - BNDU	168	101	269	80	182	262
Material em estoque	85	-	85	74	-	74
Despesas antecipadas	369	-	369	198	-	198
Provisão para perdas em investimentos	-	(2.251)	(2.251)	-	(2.251)	(2.251)
Provisão para desvalorização BNDU	(18)	(100)	(118)	-	(179)	(179)
	<u>604</u>	<u>1</u>	<u>605</u>	<u>352</u>	<u>3</u>	<u>355</u>

d. Imobilizado

Em julho de 2005, a Desenhahia concluiu os trabalhos de identificação e avaliação das condições gerais dos bens integrantes de seu ativo imobilizado. Presentemente, está sendo realizada a conciliação da posição contábil com aquela decorrente da conclusão do inventário físico. Os eventuais ajustes serão realizados após o cumprimento das formalidades estatutárias.

e. Obrigações sociais e estatutárias

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Participações	1.006	446
Dividendos	<u>9.752</u>	<u>3.073</u>
TOTAL	<u><u>10.758</u></u>	<u><u>3.519</u></u>

f. Obrigações fiscais e previdenciárias

	<u>Circulante</u>	<u>E.L.P</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>E.L.P</u>	<u>Total</u>
Provisão para IR e CSLL	4.309	-	4.309	-	-	-
Provisão para IR diferido	-	1.767	1.767	-	1.821	1.821
Provisão para risco fiscais	-	34.908	34.908	-	2.634	2.634
Impostos e contribuições a recolher	<u>1.256</u>	-	<u>1.256</u>	<u>890</u>	-	<u>890</u>
TOTAL	<u><u>5.565</u></u>	<u><u>36.675</u></u>	<u><u>42.240</u></u>	<u><u>890</u></u>	<u><u>4.455</u></u>	<u><u>5.345</u></u>

g. Obrigações diversas

	<u>2007</u>			<u>2006</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>E.L.P</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>E.L.P</u>	<u>Total</u>
Obrigações para aquisição de bens e direitos	1	-	1	1	-	1
Outros Passivos	-	1.559	1.559	-	1.539	1.539
Dotação para aumento de capital	-	10.227	10.227	-	6.973	6.973
Despesa de pessoal e administrativa	3.195	-	3.195	2.761	-	2.761
Provisão para contingências trabalhistas	-	6.707	6.707	-	5.971	5.971
Cretores diversos	<u>1.112</u>	-	<u>1.112</u>	<u>1.230</u>	-	<u>1.230</u>
TOTAL	<u><u>4.308</u></u>	<u><u>18.493</u></u>	<u><u>22.801</u></u>	<u><u>3.992</u></u>	<u><u>14.483</u></u>	<u><u>18.475</u></u>

Por força da lei que extinguiu o Fundurbano, os recursos anteriormente destinados a esse Fundo foram transferidos para aumento de capital, conforme AGE de 17 de março de 2005, no total de R\$46.606 mil.

h. Obrigações por repasses

Representam recursos captados para empréstimos e financiamentos junto à Secretaria do Tesouro Nacional, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ao FINAME e a outras instituições no País registrados pelo valor principal, mais juros acrescidos entre 2,5% a 10,5% ao ano e com vencimentos mensais, repassados a clientes, mais variação da Taxa Referencial - TR ou da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou variação cambial ou IGPM.

As captações estão assim demonstradas:

	2007			2006		
	Circulante	E.L.P	Total	Circulante	E.L.P	Total
Tesouro Nacional	191	-	191	183	-	183
BNDES	22.691	124.055	146.746	25.821	152.496	178.317
FINAME	2.756	13.838	16.594	2.146	10.367	12.513
Outras Instituições	17.291	78.970	96.261	12.925	67.239	80.164
	<u>42.929</u>	<u>216.863</u>	<u>259.792</u>	<u>41.075</u>	<u>230.102</u>	<u>271.177</u>

i. Outras obrigações - fundos financeiros e de desenvolvimento

A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas, segundo critério estabelecido na lei de sua criação, não cabendo, porém, à Agência ônus algum, no caso de eventual inadimplência. Os recursos desses fundos em 30 de junho de 2007 montam em R\$212.765 mil, sendo R\$212.719 mil contabilizado em conta de compensação.

j. Outras receitas operacionais

	2007	2006
Recuperação de encargos e despesas	229	109
Reversão de provisões operacionais	4.204	403
Taxa de administração de fundos	4.050	3.584
Outras	1.838	854
TOTAL	<u>10.321</u>	<u>4.950</u>

Na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais" foi registrado o valor de R\$4.078, referente à reversão da Provisão Prudencial na forma determinada pelo BACEN.

k. Outras despesas operacionais

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Despesas atualização monetária passivo, trabalhista e risco fiscal	1.988	583
Constituição de provisão (fiscais, cíveis e trabalhistas)	1.585	-
Despesas de descontos concedidos na renegociação	374	216
TOTAL	<u>3.947</u>	<u>799</u>

6. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a. O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal, assim distribuída:

	<u>Milhares de ações</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ordinárias	19.743.587	19.743.587
Ações preferenciais com direito a voto	9.669.011	9.669.011
Ações preferenciais sem direito a voto	26.986.766	26.986.766
TOTAL	<u>56.399.364</u>	<u>56.399.364</u>

b. Reserva Legal

Conforme disposto estatutariamente, é constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido, quando aplicável.

c. Reserva de reavaliação

O saldo dessa rubrica em 30 de junho de 2007 está representado pela reavaliação dos imóveis de uso próprio, conforme laudos emitidos por empresa especializada datados de 31 de maio de 2004 e aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária em 29 de julho de 2004, que está sendo realizada a crédito de lucros acumulados, proporcionalmente à depreciação do acréscimo da mais valia desses imóveis.

Conforme Circular nº 2.192/92 do Banco Central do Brasil, a Agência contabilizou os impostos e contribuições incidentes sobre o saldo da reserva de reavaliação, na rubrica "Obrigações Fiscais e Previdenciárias".

d. Dividendos

O estatuto social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado com as regras nele definidas, conforme a seguir:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido do semestre	<u>23.373</u>	<u>12.811</u>
Menos:		
Reserva legal	(1.169)	(640)
Ajustes devedores	<u>-</u>	<u>-</u>
Mais:		
Reserva de reavaliação transferida para prejuízos acumulados (líquido dos tributos)	<u>54</u>	<u>54</u>
Base de cálculo de dividendos	<u>22.258</u>	<u>12.225</u>
Dividendo proposto	<u>5.564</u>	<u>3.056</u>
Reserva Estatutária	<u>12.464</u>	<u>8.557</u>

e. Reserva Estatutária

Conforme disposto estatutariamente, quando aplicável, será destinado do lucro líquido ajustado o percentual de 70% como reserva para futuro aumento de capital.

f. Juros Sobre Capital Próprio

Capital Social	247.273
Reservas	46.946
Capital	-
Reavaliação	6.399
Lucros	40.547
Lucros Acumulados	11.770
Total	305.989
(-) Reserva de Reavaliação	6.399
Base de Cálculo	299.590
Taxa de Juros de LP (TJLP)	3,25%
Valor dos Juros	9.735

A Agência contabilizou durante o semestre findo em 30 de junho de 2007, o valor de R\$9.735 como juros sobre o capital próprio, sendo a este imputado os dividendos mínimos obrigatórios.

7. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As operações de crédito concedidas ao Governo do Estado da Bahia, principal acionista da Agência e aos órgãos e empresas a ele ligados, não apresentam saldos no exercício.

8. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS FISCAIS E OUTRAS

As contingências trabalhistas as quais montam a R\$6.707, (R\$5.971 em 2006), fiscais R\$34.908, (R\$2.634 em 2006) e de outras naturezas R\$1.559, (R\$1.539 em 2006) são provisionadas em valores estimados suficientes para fazer face à probabilidade de perda nos processos em andamento, classificadas nas respectivas rubricas no passivo circulante e exigível a longo prazo.

O saldo das contingências para riscos fiscais está composto no valor de R\$410 mil, referente à constituição de provisão para fazer face ao Auto de Infração nº 5263 da Receita Federal. A Agência ingressou processo judicial contestando a decisão.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Agência em 30 de junho 2007 se aproximam de seus correspondentes valores de mercado. Não tem sido prática de a Agência operar com derivativos financeiros.

10. PLANO GERADOR DE BENEFÍCIOS LIVRES - PGBL

A Desenhahia é participante de Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL, constituído com a finalidade de garantir reservas financeiras complementares às reservas da Previdência Social Oficial para seus colaboradores.

Esse Plano é constituído pela acumulação de recursos financeiros obtidos por meio de contribuições efetuadas pela Desenhahia e pelos participantes inscritos de acordo com parâmetros de elegibilidade estabelecida no regulamento básico do plano.

As contribuições da Desenhahia são limitadas a 12% do total da folha de pagamento de pessoal em cada ano e estão sendo integralizadas deste o mês de janeiro de 2000, obedecendo aos seguintes limites:

- a. de janeiro de 2000 até dezembro de 2004: até 12% da remuneração do participante.
- b. de janeiro de 2005 até dezembro de 2009: até 10% da remuneração do participante.
- c. a partir de janeiro de 2010: até 8% da remuneração do participante.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2007, as contribuições da Desenhahia para este plano totalizaram o montante de R\$486 mil (R\$476 mil em 2006)

Remuneração dos administradores

A remuneração da diretoria e do conselho de administração no semestre findo em 30 de junho de 2007 totalizou o montante de R\$402 mil (R\$407 mil em 2006).

11. SEGUROS

Em 30 de junho de 2007, a Agência possuía apólice de seguro contra incêndio, raio, explosão e danos materiais em geral, para os bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 13.952 mil considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

É política de a Agência solicitar aos mutuários que contratem cobertura de seguros para os bens que são oferecidos em garantia de operações de créditos.

12. ACORDO DA BASILÉIA

A Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 do Banco Central do Brasil estabeleceu, a partir de 1º de janeiro de 1995, a obrigatoriedade de manutenção pelas instituições financeiras de valor de patrimônio líquido ajustado com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Em 30 de junho de 2007, o total dos ativos ponderados pelo risco, no qual se incluem as coobrigações e os riscos em garantias prestadas em relação ao patrimônio líquido, apresentou os seguintes índices, conforme demonstramos a seguir:

	2007		2006	
	Saldo	Risco	Saldo	Risco
Risco nulo - 0%	76.931	-	156.264	-
Risco reduzido - 20%	401	80	142	28
Risco reduzido - 50%	276.158	138.079	176.217	88.109
Risco normal - 100%	126.891	126.891	179.499	179.499
Ativo ponderado pelo risco	480.381	265.050	512.122	267.636
Patrimônio líquido exigido		79.515		80.291
Patrimônio líquido ajustado		319.627		305.989
Índice da Basiléia (% s/PLE)		24,88%		26,24%
				30/06/2007
A) Ativos sujeitos à ponderação de risco				480.381
B) Ativos ponderados pelo risco (APR)				265.050
C) Exigência de patrimônio líquido S/ APR (11% p/as Inst. Fin. e 30% para Agência de Fomento)				79.515
Exigência de patrimônio líquido sobre Swap				1
Exigência de patrimônio líquido sobre exposição da taxa de juros				1
D) Patrimônio líquido exigido (PLE): "C"				79.516
E) Patrimônio de referência (PR)				261.627
E1 Patrimônio líquido				319.627
E2 Destaque de Capital				(58.000)
F) Razão entre patrimônio de referência e patrimônio líquido exigido: PLE/PR ("D/E")				0,30
G) Excesso (insuficiência) de patrimônio líquido: PR - PLE ("E - D")				182.111
H) Excesso (insuficiência) de alavancagem: (Exc. insufic. de patrim. líquido x 100) 30				607.036
I) Coeficiente de adequação do patrimônio líquido (limite mínimo: 30%)				98,71%
J) Razão entre o Patrim. Referência e Pat. Liq. Exigido: PR/PLE (limite mínimo 1,0)				3,29

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Agência possui o montante de R\$1.853, mantido em conta de poupança, na Caixa Econômica Federal, referente a recursos oriundos do extinto Sistema Financeiro de Saneamento. Tais recursos estão registrados, contabilmente, em conta de compensação, em função de sua indisponibilidade.

* * *